



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12222 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

É IMPORTANTE BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL? UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PRÉ-ESCOLA

Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves - 3ª CRE - Coordenadoria Regional de Educação do Rio de Janeiro

É IMPORTANTE BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL? UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PRÉ-ESCOLA

Esse artigo é recorte de um estudo monográfico, desenvolvido a partir das vivências no estágio supervisionado curricular: docência na educação infantil. É no estágio curricular que estudantes têm oportunidades de estabelecer relações dinâmicas e orgânicas entre teoria e prática, superando o hiato e também a dicotomia que há para muitos em relação à articulação teoria e prática, vivenciando a profissão docente, na formação. Ostetto assinala “a necessidade de reconhecer dimensões essenciais da vida, relacionadas ao “tornar-se professor”: o contato com o novo e com o desconhecido, dentro e fora de cada um. Ao falar de estágio curricular, trago, pois, para o primeiro plano, o humano do ser e do fazer-se professor” (2008, p. 127).

O estudo teve como inspiração metodológica a pesquisa bibliográfica, que se constituiu a partir das vivências no estágio, que foram registradas no diário de campo. Dentre os registros, chamou a atenção os incômodos apresentados pela estagiária em relação às brincadeiras na educação infantil. Embora a ludicidade e a brincadeira sejam interfaces inerentes na educação da criança pequena, apesar dos documentos legais apontarem para as brincadeiras como dimensão importante para criança na educação infantil, o observado no estágio em educação infantil na pré-escola, indicou que as brincadeiras atendiam aos objetivos dos adultos.

Nos documentos mais recentes, por exemplo, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) promulgada em dezembro de 2017, a abordagem que envolve a Educação Infantil menciona a brincadeira como um dos direitos de aprendizagem das crianças, reforçando o disposto na (DCNEI, 2010).

Quando optamos em abordar o tema brincadeira, seguindo o percurso analítico dos documentos legais, não tínhamos dúvidas sobre o direito da criança à brincadeira, tampouco sobre sua importância na organização da proposta curricular na educação infantil. Todavia, empreendemos uma análise atenciosa do assunto, tendo como material, os registros realizados no diário de campo, que acompanhou a estagiária durante seu percurso na educação infantil. Uma parte significativa dos registros põem em xeque, o direito à brincadeira nessa etapa da educação básica, nesse caso específico.

A criança utiliza a brincadeira como um instrumento para pôr em prática suas vivências e observações sobre a sociedade que está inserida. Dentro desta perspectiva a educação infantil é o lugar onde a criança tem a oportunidade de refletir, imaginar e vivenciar sua visão de mundo, sendo assim a brincadeira se torna um fator educativo no processo pedagógico. A criança está em pleno desenvolvimento, independente do contexto social, cultural e tempo que ela esteja inserida. E é através do brincar que a criança cria vínculos com seus pares, tendo a oportunidade de se desenvolver e criar sua percepção de mundo.

O professor quando enxerga o brincar como o eixo principal da educação infantil no processo pedagógico auxilia na compreensão da importância do brincar para o desenvolvimento infantil. Por conseguinte, esse docente se preocupará em criar ambientes e cenários oportunos para que a brincadeira ocorra, tendo o papel principal de ser o mediador do brincar. Auxiliando para que a criança brinque e se desenvolva, fazendo com que a criança seja um sujeito criativo e possa fazer novas descobertas, assim refletindo diretamente na maneira como a criança se expressa, se relaciona com o outro e modifica sua realidade.

Defendemos que na educação infantil, o brincar é uma das linguagens que proporciona aprendizagens, consolidação de experiências e amplia a imaginação. Com a brincadeira, a criança cria e recria sua percepção de mundo. No entanto, é preciso atentar-se para a capacidade criativa e autonomia da criança e não focar o brincar na ação interessada do adulto.

Para Vigotski (2007) é na brincadeira que a criança interpreta papéis que deseja vivenciar, fazendo com que se desenvolva e entre em acordos com as normas sociais. É na brincadeira de faz-de-conta que a criança aprende as regras que são importantes para a vida em sociedade. “A brincadeira tem origem social e seu surgimento não está ligado a forças instintivas, mas às condições sociais da vida da criança, ao seu papel na sociedade.” (PRESTES, 2016, p 32).

A centralidade do adulto e da pedagogia sobre o brincar na educação infantil, compromete o protagonismo da criança e castra possibilidades outras de jogo simbólico, uma vez que, as crianças não são centrais nas brincadeiras, pelo contrário, atendem comandos de professoras (es), que se apoiam nas brincadeiras como metodologia para executarem seus planos de aula, introduzir, revisar ou avaliar conteúdo, sendo a brincadeira um ferramenta para transmitir um objetivo específico do profissional, como destacou (BORBA, 2010).

Aparentemente, a brincadeiras como direito da criança pequena, como informa a BNCC (2017), ainda não está arraigada no contexto, onde foi vivido o estágio supervisionado curricular. É basal pensar na organização dos espaços da educação infantil, para que a criança possa ter a liberdade de criar espaços para a sua brincadeira de faz-de-conta, ocorrendo de maneira plena o desenvolvimento. O adulto dentro desses espaços deve ser um observador e colaborador do desenvolvimento, organizando esse ambiente social de múltiplas aprendizagens para o crescimento da criança.

Ao considerar o direito à brincadeira na Educação Infantil, tendo como referência os registros realizados durante o estágio supervisionado curricular, foi possível perceber que algumas professoras (es) defendem na teoria a direito à brincadeira das crianças pequenas, assim como reconhecem a sua importância para as aprendizagens infantis. As observações e vivências no cotidiano escolar revelaram que, as práticas pedagógicas postas em curso, não garantiram esse direito para as crianças.

Os textos legais e oficiais informam o direito ao brincar, no entanto, no cotidiano educacional a brincadeira não é um direito respeitado. A rotina na pré-escola se aproxima de uma preparação para o ensino fundamental, é como se a pré-escola fosse um ritual para expurgar as vivências da creche e por em cena, um preparo para escolarização a ser iniciado na escola.

Parece haver um contraste no que se refere à brincadeira na Educação Infantil, ainda que a (BNCC) reconheça o brincar como direito de aprendizagem, não é essa perspectiva que figura na prática pedagógica de alguns profissionais da educação infantil, uma vez que não possibilitam que crianças gozem da brincadeira como direito na Educação Infantil, como observado no estágio. Esse contraste gerou um desconforto e, paulatinamente, constituiu o objetivo desse estudo, que consiste em: identificar através das produções acadêmicas como a brincadeira é vivida na Educação Infantil.

Palavras-chave: Brincar, Educação Infantil e Crianças

Referências bibliográficas

BORBA, Angela. Brincar é coisa de criança, e de adulto também! O valor da brincadeira na vida e nos espaços de Educação Infantil. Editora do Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

OSTETTO, L. E. **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas- SP, 2008.

PRETES. Zoia. A brincadeira de faz de conta e a infância. **Trama Interdisciplinar**, São

Paulo, v. 2, p. 28-39, maio/ag.2016.

VIGOTSKI, Lev S. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: _____. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Trad: José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Acheffe. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.